



# *horizontes da comunicação*

*experiências, entrevistas e  
transcrições na pandemia*

Laura Ferreira Guerra  
Ana Javes Luz  
Nísia Martins do Rosário  
Paula Viegas  
(Organizadoras)



IMAGINALIS  
EDITORA

Laura Ferreira Guerra  
Ana Javes Luz  
Nísia Martins do Rosário  
Paula Viegas  
(Organizadoras)

# **Horizontes da comunicação:** experiências, entrevistas e transcrições na pandemia

1ª edição  
Porto Alegre

EDITORA  **IMAGINALIS**

UFRGS  
2021

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Editora Imaginalis. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Editora Imaginalis.

## **CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO**

Ana Maria Lisboa de Mello

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Artur Simões Rozestraten

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Blanca Solares

*Universidad Nacional Autónoma de México, México*

Corin Braga

*Universitatea Babeş-Bolyai, Romênia*

Cremilda Medina

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Ionel Buse

*Universitatea din Craiova, Romênia*

Jean-Jacques Wunenburger

*Université de Lyon III, França*

Malena Contrera

*Universidade Paulista, Brasil*

Maria Cecília Sanchez Teixeira

*Universidade de São Paulo, Brasil*

## PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial Científico da Editora Imaginalis bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Direção editorial: Ana Taís Martins

Projeto gráfico: Francisco dos Santos

Diagramação: Laura Ferreira Guerra

Revisão: Autores(as)

Organização: Laura Ferreira Guerra, Ana Javes Luz, Nísia Martins do Rosário e Paula Viegas.

*Esta publicação foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.*

**CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE BIBLIOTECOMIA E COMUNICAÇÃO**  
**BIBLIOTECA**

---

H8119 Horizontes da comunicação : experiências, entrevistas e transcrições na pandemia. / Laura Ferreira Guerra, Ana Javes Luz, Nísia Martins do Rosário, Paula Viegas (Organizadoras). — Porto Alegre : Imaginalis, UFRGS, 2021.  
p.

ISBN 978-65-5973-084-1 (pdf)

1. Comunicação. 2. Jornalismo. 3. Fake news. 4. Isolamento social. 5. Pandemia Covid 19 I. Guerra, Laura Ferreira. II. Luz, Ana Javes. III. Rosário, Nísia Martins do. IV. Viegas, Paula.

CDU: 316.77

---

*agosto, 2020*

# A pandemia das narrativas políticas e comunicacionais<sup>1</sup>

Maria Helena Weber  
PPGCOM-UFRGS

Agradeço este convite que possibilita que eu possa compartilhar reflexões e aprendizagens da minha trajetória na área de comunicação política, especialmente através do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política (NUCOP) e do Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP). Sinto-me na obrigação de expor meus pensamentos sobre os desafios e as dimensões da política e da comunicação nestes tempos distópicos

---

<sup>1</sup> Texto adaptado da participação no evento on-line **Conversas ADUFRGS**, organizado pelo Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul (ADUFRGS-Sindical), no dia 5 de agosto de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/iE8ktjI9phE>. Com o apoio da Bolsa Pesquisadora CNPq.

demarcados pela pandemia da Covid-19. Vivemos realidades distorcidas que ampliam as diferenças sociais e desequilibram todas as nossas certezas. O trinômio – política, comunicação e pandemia – é o título desse debate e é, também, o mais novo problema de pesquisa da área da saúde e da comunicação. Devo abordá-los individualmente para depois reuni-los.

Em primeiro lugar, a questão política nessa pandemia expõe, seguramente, as responsabilidades e irresponsabilidades de atores e instituições políticas e governamentais sobre procedimentos relacionados à saúde pública e conseqüentemente sobre a nossa vida. Nestes processos políticos, por nós vivenciados, podemos enxergar um espaço de disputa entre mecanismos e procedimentos para a sobrevivência dos cidadãos e a sobrevivência da própria economia. Essa disputa é, novamente, a disputa milenar entre a compreensão da ciência, a intervenção da religião e a pressão do capital. É um equilíbrio difícil e impossível, sendo que, no Brasil, vivenciamos também o fato da inexistência de políticas públicas eficazes contra a pandemia em ações combinadas que possam abranger o país. Não há unidade na circulação de informações governamentais e isto causa insegurança, amplia as informações falsas e a produção de *fake news*. Conseqüentemente, o Brasil se tornou pauta de notícias internacionais, não por alguma conquista, mas devido aos nossos números crescentes de mortos e

infectados<sup>2</sup>. Mesmo assim, há uma dramatização circense, vamos dizer assim, protagonizada pela presidência da República, quando minimiza o contágio, a recomendação da ciência e participa de aglomerações, sem a devida proteção. Então, do ponto de vista da política, nesse trinômio – política, comunicação e pandemia –, nós estamos à deriva. Estamos sozinhos porque a narrativa descompromissada do presidente Jair Bolsonaro parece ser utilizada como estratégia de salvação pela cegueira.

Sobre a comunicação, cabe ressaltar que a pandemia expõe os limites da política assim como a abrangência e a necessidade de informação e comunicação e que sejam próximas da verdade e da credibilidade possível. Desde 2018 – ano eleitoral – vivemos uma proliferação de *fake news* a ponto de desencadear importantes debates no sistema legislativo e judiciário com acionamento de ações policiais. Centros de pesquisa, por sua vez, estudam a relação entre os déficits da democracia, por exemplo, e a produção de falsas informações em dimensões incontroláveis. Mesmo assim, a circulação de mentiras e a manipulação de informações não cessam nem diante da possibilidade de causar mortes. Em meio

---

2 Em agosto de 2020 os registros apontavam cerca de 30 mil mortes pela Covid-19 e no início de abril de 2021 o país atinge o macabro número de 333 mil mortos e milhões de infectados. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=mortos+em+abril+de+2021+na+pandemia+brasil>. Acesso em: 5 abr. 2021.

a isso, é possível acompanhar a imprensa que retoma seu papel, especialmente, porque é preciso estabelecer alguma contraposição às falácias e expor a verdade necessária e possível nessa crise pandêmica. Então, pode-se afirmar que há uma retomada do jornalismo e uma derrocada, em parte, talvez momentânea, até as próximas eleições, das *fake news*. O legislativo vem fazendo o seu trabalho e há importantes estudos, como os realizados pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD). Tudo isso pode ser acessado.

Por outro lado, os temas sobre saúde ocupam espaços de debates na sociedade e na imprensa. O próprio SUS, sempre relegado ao último lugar, retoma seu indispensável lugar no país porque representa a qualidade do sistema de saúde no Brasil, exemplo para o mundo. Os temas vinculados à saúde pública e à crise sanitária trazem para o centro do debate público um aspecto importante: precisam ser tratados sob a verdade e gerar credibilidade, ou matam. A circulação de notícias e dados sobre a Covid-19 tem indicado os cuidados preventivos necessários, os procedimentos, as ações institucionais, e tem debatido problemas de emprego, educação, transporte e o comportamento das pessoas, etc. A imprensa tem promovido o máximo de visibilidade e, em parte, as redes sociais reverberam, na exata medida com que colocam em dúvida estas informações obedecendo a interesses privados, obscuros, negacionistas e não necessariamente relacionados à defesa da vida, nesta pandemia.



O lugar que a imprensa vem ocupando, neste momento, é o lugar que caberia à comunicação do Estado, a comunicação de governo e, neste sentido, a imprensa investe no resgate da sua credibilidade. Neste sentido, as maiores empresas midiáticas do país e a imprensa de referência (*Rede Globo, G1, UOL, jornais Extra, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo*) criaram o Consórcio de Veículos de Imprensa diante da possível ocultação e dificuldade de acesso aos dados sobre a Covid-19 administrados pelo governo federal. Desde o dia 8 de junho de 2020, estas mídias mantêm e repercutem a divulgação e a análise das informações que deveriam ser de responsabilidade do governo federal.

Outra instituição importante é a universidade que tem cumprindo o seu importante papel nesse sistema de comunicação pública que é exatamente falar, dizer, orientar e responder à sociedade, para que haja uma política, um plano para a saúde pública diante da pandemia.

Por último, no trinômio, a questão da pandemia que já se configura como instigante tema de estudo para todas as áreas de conhecimento, delimitado por esta grande catástrofe pública nacional e internacional. Trata-se de um grande acontecimento de proporções inimagináveis que depende da informação, da comunicação e da governabilidade de um país, do mundo e das cidades. Essa dependência entre a circulação de informações e a necessidade de estabelecer comunicação é vital e pode causar a vida ou a morte. Por isso, importa abordar a questão da

responsabilidade e da irresponsabilidade governamental sobre a comunicação, nesse momento. É de vida e verdade que precisamos falar.

A pandemia deu visibilidade aos erros e acertos da política e da ciência, mas especialmente, deu visibilidade à miséria, tanto a miséria da pobreza, da exclusão social, na falta de acesso à saúde, nas filas, nos bancos para receber os míseros R\$ 600. Mostrou também, a miséria das relações humanas exposta em todos aqueles que desobedecem às indicações de proteção de si e dos outros, ou seja, desconhecem os princípios mínimos de solidariedade.

Política, comunicação e pandemia estão, portanto, profundamente relacionados e geram um debate público e ininterrupto, no mínimo, desde o mês de fevereiro de 2020. Sobre esse debate, abordarei três aspectos sobre a sua configuração e as características fundamentais para a compreensão da política governamental e da comunicação em relação à pandemia, narrativa, visibilidade e imprensa. Primeiro, o modo de ocorrência já que a pandemia foi transformada em narrativa e passou a ocupar espaços em todos os discursos das organizações públicas, privadas, instituições e atores, especialistas, políticos, celebridades e, especialmente, nos grupos sociais.

As mídias sociais hoje são o grande palco desse debate público, que mistura a solidariedade, arte, debates políticos e filosóficos em dezenas de *lives* e gravações diárias acessíveis. Esta é uma grande diferença, digamos, no modo com que nós

vivemos neste último ano. Centenas de opções para que participemos do grande debate nacional sem que haja uma coordenação, de fato, de algum lugar. Sem dispendir tempo, nunca tantas pessoas puderam ter acesso e puderam opinar. Esse movimento é o mais interessante da pandemia.

Quer dizer, é incontrolável a quantidade de circulação dessas informações e opiniões. Por isto, esse é um momento histórico, também do ponto de vista comunicacional porque há uma reinvenção de formatos, que reúnem e difundem a opinião e a produção artística, cultural, pessoal e política. É um debate particularmente interessante porque é inclusivo e está tendo uma função pedagógica. Eu posso saber muitas coisas, que eu não sabia que existiam e eu posso opinar sobre muitas coisas, sem necessariamente ter uma grande racionalidade. Então, a participação passa a ser algo importante nesse processo. Espaço privilegiado que tem sido ocupado pelos pesquisadores e pensadores de todas as estirpes intelectuais que mostram a ciência se impondo sob outras perspectivas.

Isso é bonito, embora não tenha a subjetividade, a passionalidade das reuniões presenciais. As aulas, por exemplo, sofrem muito com esta limitação, mas talvez estejam provocando outro tipo de encontro com a participação daqueles que estão longe e, assim, podem ser convidados. Por outro lado, parece que as *lives* também foram transformadas em ótimas aulas. Nunca a universidade, por exemplo, foi tão universidade como

agora. Não que não haja aulas formais da universidade abertas ao público, mas porque os professores, os pesquisadores, estudantes, doutorandos e mestrandos se expõem e falam mais e muito para a sociedade, para quem quiser ouvir. Então, está aí a universidade ocupando esse lugar no debate, além do trabalho imenso de pesquisa em seus laboratórios em busca de soluções.

Por outro lado, cabe ressaltar o debate público nacional vinculado à crise sanitária, protagonizado por instituições e especialistas sobre a pandemia, mas sem a participação estratégica do Estado. Os burocratas da saúde não debatem, não apresentam soluções e o governo central não participa e quando o faz, desequilibra. Então é um debate incompleto. Os sistemas de comunicação do Estado, das estatais, das redes públicas, sustentam uma comunicação do governo muito mais privada e vinculada à propaganda do que propriamente uma comunicação pública em resposta aos acontecimentos.

A comunicação de governo numa democracia é necessariamente pública, mas em relação a este conceito estamos acompanhando uma comunicação privada marcada por estratégias circenses para nos distrair do perigo e das mortes que nos rodeiam. As respostas presidenciais, por exemplo, escamoteiam o debate e privilegiam o entendimento particular, nada público, nada responsável sobre as consequências da contaminação para o país. Por um lado, colabora para ampliar o medo e o desespero dos miseráveis e, por outro, fortalece uma narrativa mítica,

religiosa que permite aos seus apoiadores segui-lo cegamente, sem questionamentos.

De fato há uma diferença entre as narrativas sobre a pandemia e a narrativa presidencial. Esta cria uma diferença cada vez maior entre seguidores e cidadãos, quando deveríamos todos, nesse momento, ser tratados como cidadãos. A postura errática dos órgãos governamentais tem mantido a discussão como um jogo aonde as regras vão sendo modificadas na conveniência do dono do tabuleiro. O tabuleiro é o Brasil e, nós, as peças desse jogo.

Um segundo aspecto tem a ver com o que eu chamo de um paradoxo da visibilidade. Uma grande consequência dessa pandemia é que nesse movimento participativo, empresas e instituições colaboram com benefícios, doações, participações e, ao fazer isso, ajudam e se solidarizam com o momento, com as pessoas, com outras instituições, mas também geram seus lucros institucionais. Isso é importante para a imagem pública das organizações, porquanto se mostram solidárias, colaborativas e geram, simultaneamente, lucros financeiros com a propaganda veiculada e lucros institucionais. Não há o que reclamar destas ações e dos benefícios causados, mas importa, sim, identificar os objetivos e o alcance de cada ação. É algo que no campo da comunicação e política nós não podemos perder de vista e que pode ser analisado numa perspectiva paradoxal. Significa novamente entender aquilo que vem acontecendo nas últimas décadas em que há uma sobreposição do capital sobre a política em quaisquer

situações. Em relação aos problemas sociais, sempre há espaço para o mercado participar, doar e ganhar institucionalmente, mas não defendemos que ele não colabore com os problemas sociais e aqui reside o paradoxo.

O terceiro aspecto, e aí já vou me dirigindo para o final, é a recuperação do jornalismo e do papel da imprensa, que de alguma maneira já abordei. Parece que a pandemia provocou a imprensa a retomar o seu papel importante ou a sua função social, termos que estavam até sempre pensados teoricamente, mas bastante colocados de lado. Podemos dizer junto à sociedade com reportagens, dados, entrevistas e debates permanentes e esclarecedores. Ela se fez essencial para compreensão e para a credibilidade de situações, procedimentos e a voz de especialistas que permitiram dar alguma segurança à sociedade.

A voz, digamos, dos marginalizados desse processo de atendimento econômico e do atendimento à saúde não obtiveram tanto espaço assim, mas podemos identificá-los nas narrativas políticas e de analistas da imprensa. Esse processo valorizou a capacidade de comunicar da imprensa sobre um tema de interesse público, como a questão da pandemia e da saúde pública e foi nesta direção que a imprensa voltou a se sobrepor às *fake news*. A ação legislativa e judiciária em torno das *fake news*, por exemplo, tem valorizado, de alguma maneira, a perspectiva da verdade e credibilidade sobre a informação veiculada via essa grande imprensa. É uma discussão sempre complexa sobre os limites

e interesses da imprensa entre sua natureza pública e a pressão mercadológica: estão ou não cumprindo o seu papel?

Eu finalizo ressaltando que a comunicação pública é indicativa de qualidade da democracia e a pandemia permite que afirmemos que a democracia brasileira está fragilizada, na medida em que o governo fala sobre interesses que são da ordem do privado ao promover remédios ineficazes, no modo de explicar a pandemia ou no modo de rir dessa população que tenta se cuidar e cuidar do outro. O interesse público, neste momento, parece estar sendo escamoteado pelo governo central e isto é inexplicável numa democracia. Assim, é relevante identificar este interesse público no plano da comunicação pública desenvolvida pelas instituições, pela universidade e pela própria imprensa.

A pandemia é, sim, um problema comunicacional formado por narrativas desconcertantes. De um lado especialistas insistem e defendem medidas protetivas e do outro, estas são desqualificadas exatamente pelo discurso do poder central. Assim, contamos com a segurança mínima, que é a segurança dos dados que circulam na imprensa, capaz de tensionar os poderes. Temos, ainda, a segurança manifestada por informações do campo científico, mas que vai se contrapondo à insegurança das narrativas e da comunicação pública do governo.

Muito obrigada pelo espaço e penso que todos nós que estamos na universidade e sabemos refletir, escrever e falar, temos obrigações para com a sociedade e o país e devemos, na medida do possível, usar todos os espaços para refletir e falar sobre comunicação política e sobrevivência.

